

# FILANTROPIA NO BRASIL

Síntese do Relatório

Caroline Hartnell e Andrew Milner



Filantropia para Justiça Social e Paz

Em colaboração com *Alliance*, WINGS e  
Rede de Filantropia para a Justiça Social

### Sobre os autores

Caroline Hartnell foi editora da revista *Alliance* entre 1998 e 2015. Atualmente, ela é consultora editorial e trabalha com temas como Filantropia para a Justiça Social e Paz e 'Repensando a Pobreza', um projeto gerado através do Web Memorial Trust, entre outros. Ela também é uma das fundadoras do Prêmio Memorial Olga Alexeeva, organizado pela *Alliance*.

Andrew Milner é escritor, pesquisador e editor *freelancer* especializado nas áreas de filantropia e sociedade civil. Ele foi responsável por uma série de trabalhos anteriores para Philanthropy for Social Justice and Peace (Filantropia para a Justiça Social e Paz) e recentemente escreveu o *Relatório Panorama Global da Filantropia* para a WINGS.

### Foto da capa

A floresta amazônica está entre as biorregiões mais ricas do planeta e abriga dezenas de milhares de povos indígenas, alguns ainda isolados. Hoje em dia, o fato de que as regiões mais bem preservadas do planeta estão sob os cuidados das comunidades tradicionais é ampla e cientificamente difundido, assim como o sofisticado conhecimento de povos indígenas sobre a rica biodiversidade em que vivem. Eles agora se encontram sob extrema ameaça à medida que seus territórios estão localizados no caminho de megaprojetos de desenvolvimento de infraestrutura como barragens, oleodutos, hidrovias e estradas que apoiarão o crescimento da mineração industrial, extração madeireira, criação de gado, monoculturas como soja e óleo de palma, exploração de petróleo e gás e assim por diante.

Esta foto mostra o povo Munduruku abençoando seu rio, o Tapajós, durante uma grande caravana que organizaram com ativistas locais e comunidades ribeirinhas para chamar a atenção para a situação e para o enorme impacto que uma série de barragens planejadas para este rio teria não apenas para eles, mas para o planeta inteiro. O Fundo CASA tem apoiado comunidades nativas em toda a região Pan-Amazônica para que organizem e aprimorem seus meios de subsistência e se unam para garantir seus direitos constitucionais e internacionais de serem consultados e terem voz sobre quaisquer planos que afetem seu território.

Crédito da foto: Fundo CASA/Attilio Zolin (agosto de 2016)

A síntese do relatório foi traduzida do inglês para o português por Adriana Guimarães.

**Para ler o relatório completo, visite:** <http://www.psjp.org/resources/philanthropy-in-brazil/>

**Para acessar mais informações ou apoiar a causa escreva para o e-mail** [info@psjp.org](mailto:info@psjp.org)

Esta obra está sob a Licença Internacional Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike4.0



[www.creativecommons.org](http://www.creativecommons.org)

---

## CONTEÚDO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
EFEITOS DA SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA.....	2
TERMINOLOGIA .....	3
SOBRE ESTE RELATÓRIO .....	3
<b>O QUE EXISTE EM TERMOS DE FILANTROPIA NO BRASIL ATUALMENTE? .....</b>	<b>4</b>
FUNDAÇÕES NO BRASIL.....	4
<i>Falta 'grantmaking'<sup>1</sup></i> .....	4
<i>Filantropia Corporativa</i> .....	5
<i>Fundações Familiares</i> .....	5
INVESTIMENTO DE IMPACTO E EMPREENHIMENTO SOCIAL.....	5
FILANTROPIA PARA A JUSTIÇA SOCIAL.....	6
FILANTROPIA COMUNITÁRIA .....	7
DOAÇÃO DE INDIVÍDUOS .....	7
ORGANIZAÇÕES DE INFRAESTRUTURA PARA A FILANTROPIA.....	8
<b>O QUE ESTÁ IMPEDINDO O DESENVOLVIMENTO DA FILANTROPIA NO BRASIL? .....</b>	<b>8</b>
ESTRUTURA LEGAL E FISCAL .....	9
RELUTÂNCIA EM DOAR PARA ONGS.....	9
<b>QUAL É O POTENCIAL DA FILANTROPIA NO BRASIL? .....</b>	<b>10</b>
DOAÇÃO DE FUNDAÇÕES .....	10
FILANTROPIA CORPORATIVA.....	10
INVESTIMENTO DE IMPACTO .....	11
DOAÇÃO DE INDIVÍDUOS .....	11
<b>PESSOAS CONSULTADAS PARA ESSE ESTUDO.....</b>	<b>13</b>

---

<sup>1</sup>Nota da tradutora: A atividade de “*grantmaking*” consiste em apoio financeiro realizado para fomentar o trabalho de outras organizações da sociedade civil, grupos e movimentos. No Brasil, este termo, bem como os demais termos mantidos em inglês nesta versão e traduzidos em nota, são muitas vezes usados em inglês, razão pela qual assim foram mantidos ao longo deste documento.

## INTRODUÇÃO

Existe um consenso geral de que o setor de filantropia do Brasil está crescendo, porém não tão rápido e com certeza não proporcionalmente à crescente riqueza do país. Ele ainda precisa concretizar o que a maioria das pessoas entende ser seu potencial integral. O Brasil é atualmente a nona maior economia do mundo e conta com o oitavo maior número de bilionários do mundo, ainda que esteja no 75º lugar no Índice de Doações Mundiais de 2017 da Charities Aid Foundation (CAF).

A filantropia corporativa está progredindo mais do que outras partes do setor, com as fundações familiares apenas começando a decolar e um pequeno grupo de fundos independentes de justiça social e organizações de filantropia comunitária emergindo nos últimos dez anos. Existem várias iniciativas em andamento para promover a cultura de doação e o envolvimento de um grande número de doadores individuais. O investimento de impacto é bem conhecido, mas não se desenvolve tão rapidamente quanto seus proponentes esperavam.

Há várias razões para o lento crescimento da filantropia no Brasil. Seu papel em potencial – particularmente no que toca à expansão e consolidação da democracia – não é bem compreendido. Existe uma desconfiança generalizada em relação às ONGs e uma falta de compreensão quanto ao que elas fazem. Doadores do exterior estão se retirando do que consideram um país de renda média – uma retirada vista por alguns como prematura e prejudicial. A grave crise política e econômica que atingiu o Brasil em 2014 e ainda não foi resolvida também tem parte da responsabilidade por esse cenário.

### Efeitos da situação política e econômica

Embora todos concordem que a crise econômica e política tenha afetado a cultura de doação, aqueles que trabalham na promoção de doações individuais não sentem que a situação tenha afetado seu trabalho significativamente. As ONGs, no entanto, foram seriamente afetadas pela redução do apoio do governo ao bem-estar social e pela diminuição do apoio financeiro por parte das empresas.

Os apoiadores da justiça social e todos aqueles que promovem direitos no Brasil foram os mais gravemente afetados pelo desmantelamento do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério para a Equidade Racial e de outras estruturas importantes que apoiam a sociedade civil e a proteção dos direitos humanos. Com um Congresso conservador tentando reforçar a criminalização do aborto e se opor à igualdade de gênero, os grupos que trabalham pelos direitos das mulheres descobriram que é cada vez mais difícil captar fundos no Brasil. O mesmo se aplica aos fundos para a equidade racial, que descobriram que as empresas relutam em trabalhar com eles.

Mas há mais em jogo aqui do que apoio financeiro. Ser defensor de direitos humanos ou ativista ambiental é perigoso. Além dos ataques nas mídias sociais, existem ataques físicos e até mesmo assassinatos. Em seu relatório de 2017, a Global Witness identifica o Brasil como o número um em assassinatos de ativistas ambientais e pelo direito à terra, com 46 mortes das 197 registradas no mundo inteiro.

Do lado positivo, há sinais incipientes de um crescente interesse dos doadores em apoiar iniciativas para promover uma agenda mais democrática, por exemplo, identificando e treinando uma nova geração de líderes políticos. A diminuição do apoio do Estado ao bem-estar social também pode vir a estimular o desenvolvimento da filantropia e motivar as ONGs a se tornarem mais criativas na busca de apoio do público.

## Terminologia

O termo mais usado no Brasil é 'investimento social' ou 'investimento social privado' em vez de 'filantropia'. Esse é o termo usado pelo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, o principal órgão guarda-chuva para a filantropia institucional no Brasil) e seus associados. Foi adotado na fundação do GIFE em 1995 para distinguir as atividades de seus membros daquelas da "filantropia", que tinha conotações negativas no Brasil, sendo associada a iniciativas beneficentes mais tradicionais e muitas vezes estando contaminada por suspeitas de corrupção.

O que significa "investimento social"? Enquanto alguns no Brasil associam o termo principalmente à filantropia corporativa, o próprio GIFE defende um significado mais inclusivo. Por sua vez, a Rede de Filantropia para a Justiça Social, uma rede de fundos de justiça social, quer recuperar o termo filantropia de maneira positiva, associando-o a doações e *grantmaking*.

Aqui usamos "filantropia" em um sentido amplo para incluir todos os tipos de doações/contribuições para causas sociais, desde doações feitas por indivíduos comuns até doações feitas por todos os tipos de instituições e investimentos de impacto.

## Sobre este relatório

Este novo documento de trabalho é parte de uma série produzida por Philanthropy for Social Justice and Peace - PSJP (Filantropia para Justiça Social e Paz) sobre a atual situação da filantropia em vários países ou regiões. O objetivo é fornecer uma visão geral da filantropia no Brasil de hoje, destacando especialmente inovações e novas iniciativas. O documento foi elaborado principalmente por meio de conversas com pessoas que têm tentado promover, apoiar ou fortalecer diferentes áreas da filantropia. É um trabalho em andamento e não se propõe a ser um documento completo e acabado. Pode ser visto como um ponto de partida, a partir do qual outros podem contribuir para sua construção.

## O QUE EXISTE EM TERMOS DE FILANTROPIA NO BRASIL ATUALMENTE?

### Fundações no Brasil

O setor de fundações cresceu rapidamente no Brasil após o estabelecimento da democracia - um relatório recente revelou que 64% das fundações privadas no Brasil foram criadas depois de 1980 e 48% na década de 1990 - embora as fundações com *endowments*<sup>2</sup> sejam poucas devido a legislação desfavorável à sua constituição.

A filantropia corporativa constitui a maior e mais visível parte do setor. Isso se reflete nos membros do GIFE. Dos 137 associados atuais, 53% são fundações/institutos corporativos, 18% empresas, 17% fundações/institutos familiares e 12% fundos independentes ou fundações comunitárias. Apesar da redução de recursos provenientes de fundações internacionais, elas continuam a ser atores importantes na filantropia brasileira, sendo que financiadores internacionais ainda respondem pela maior parte do apoio no campo dos direitos humanos e da defesa do meio ambiente.

De acordo com o Censo GIFE 2016 (pesquisa periódica promovida pela organização), as principais causas da filantropia institucional foram educação (84%), desenvolvimento de jovens (60%) e artes e cultura (51%).

### Falta “grantmaking”

A maior parte dos doadores institucionais brasileiros não adotam o *grantmaking* como atividade principal. De acordo com o Censo do GIFE, 57% fazem alguma doação, mas somente 16% fazem primordialmente doações para outras organizações, enquanto 43% investem apenas em seus próprios projetos. No entanto, a maioria declara a intenção de caminhar em direção ao *grantmaking* nos próximos anos e um grupo de discussões sobre práticas de *grantmaking* foi formado durante o último Congresso do GIFE. Todos os integrantes da Rede de Filantropia para a Justiça Social trabalham com programas de doações para a sociedade civil, assim como também as organizações de filantropia comunitária. As razões para a preferência dos doadores por operarem seus próprios programas envolvem a desconfiança em relação ao setor de ONGs, o desejo de exercer o controle direto dos recursos e o imposto sobre doação (veja abaixo). A falta do *grantmaking* é vista pela maioria dos que contribuíram para este relatório como uma fraqueza, que prejudica o desenvolvimento de um setor independente de ONGs.

---

<sup>2</sup> *Endowments* são fundos patrimoniais permanentes, mecanismo muito utilizado no exterior, em especial na constituição do patrimônio de fundações.

### *Filantropia corporativa*

Na esteira do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, um novo tipo de ativismo social e político emergiu e o conceito de esfera pública foi ampliado além dos governos para abranger indivíduos, empresas e outras organizações. O investimento social foi incorporado na agenda das empresas, juntamente com a adoção de práticas socioambientais adequadas em suas atividades diretas. A contribuição para a solução de problemas sociais passou a ser vista como uma tarefa do setor empresarial. A fundação do GIFE em 1995 foi parte desse processo. Pesquisas recentes mostram um aumento constante nos montantes investidos entre 2011 e 2015, com uma redução de 19% em 2016 em comparação à 2015 devido à recessão.

A filantropia corporativa no Brasil tem diferentes abordagens. A mais tradicional delas é a doação para apoiar projetos sociais sem conexão com o seu negócio original. Outra abordagem possível é o apoio a projetos que gerem impacto social, mas que estejam, de alguma forma, conectados ao seu negócio original. As empresas fazem isso de diversas maneiras, por meio de doações, investimentos de impacto, pesquisa e desenvolvimento, voluntariado e implementação direta de projetos. Alguns veem as considerações mais comerciais como estando associadas à segunda abordagem e tendem a se opor ao desenvolvimento de uma filantropia mais estratégica.

De modo geral, as fundações corporativas não apoiam questões de justiça social - embora muitas delas, como por exemplo as ligadas a empresas de mineração ou energia, estejam obrigadas a trabalhar para minimizar os danos sociais e ambientais nos territórios onde têm seus negócios. Existem algumas exceções (veja abaixo). Essa relutância em apoiar as questões de direitos tem a ver principalmente com as percepções do público. No entanto, o foco das empresas na área de educação pode ser visto como mais do que agir dentro da margem de segurança. Promover a educação pública é uma forma de contribuir para a promoção da igualdade no país.

### *Fundações familiares*

Um número crescente de fundações familiares surgiu nos últimos anos, impulsionado em grande parte pelo aumento no número de famílias ricas. Jorge Paulo Lemann e Guilherme Leal, por exemplo, estão entre principais filantropos do Brasil. Um conjunto de novas fundações familiares, como o Instituto Alana, a Fundação Tide Setúbal e o Instituto Betty & Jacob Lafer, apoiam iniciativas vinculadas à área de justiça social.

### **Investimento de impacto e empreendimento social**

O investimento de impacto (definido de maneira ampla como o uso de ativos que não sejam doações para gerar retornos sociais e financeiros) é um termo que está muito em moda no Brasil, mas sua prática ainda é relativamente limitada. Segundo as últimas pesquisas, o número de investidores de impacto ativos no país aumentou

de 22 para 29, de 2014 a 2016, mas os valores envolvidos são muito pequenos. A principal área de foco é a inclusão financeira.

As principais contribuições feitas aos fundos vêm de empresas familiares e indivíduos ricos, em especial da geração mais jovem. Um número crescente de fundações familiares está envolvido neste campo, mas até agora o setor corporativo tem se envolvido muito pouco com o tema. A Força-Tarefa Brasileira de Finanças Sociais está criando protótipos para investimentos de impacto. Um é para fundações, encorajando-as a investir 5% de suas doações anuais para desenvolver o ecossistema de finanças sociais (22 delas estão envolvidas neste momento) e outro é para empresas familiares. O GIFE também vê a promoção e o fortalecimento do investimento de impacto como parte de sua agenda.

A ideia de empreendimento social ou de negócios sociais - empresas que desenvolvem objetivos sociais e financeiros - parece estar crescendo no Brasil, especialmente entre os jovens. Outros estão criando empresas que têm um objetivo maior do que apenas gerar lucros, muitos usando o modelo B Corps.

### **Filantropia da justiça social**

Um dos desenvolvimentos mais significativos da filantropia brasileira nos últimos dez anos é o surgimento do movimento filantrópico pela justiça social. Formada em 2009, a Rede de Filantropia para a Justiça Social tem agora 10 organizações associadas. Os membros são doadores que apoiam os direitos humanos; fornecem apoio financeiro crucial para ONGs, organizações de base, movimentos sociais e defensores de direitos humanos que atuam em áreas como direitos das mulheres, gênero, equidade racial, mudança climática e proteção do meio ambiente, pois o financiamento proveniente de fontes domésticas tende a ir para áreas menos controversas. Todos os membros da Rede precisam captar fundos para viabilizar seus programas de doações. Oitenta por cento de seus recursos ainda vêm de financiadores internacionais.

Mas isso pode mudar e o CASA é um exemplo disso. Fundado em 2005 para apoiar comunidades locais e ONGs ambientalistas de base para que se tornassem melhores cuidadoras de seus territórios, o Fundo CASA começou seu trabalho exclusivamente com dinheiro internacional, mas conta hoje com um financiamento interno substancial, proveniente em grande parte de bancos, indivíduos e fundações privadas brasileiras.

Apenas alguns poucos financiadores da justiça social recebem apoio de empresas. Um destes é o Fundo CASA, que tem uma parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. O ELAS, único fundo brasileiro voltado exclusivamente para os direitos das mulheres, mantém parcerias com duas fundações empresariais, a Avon e o Instituto Unibanco, enquanto os parceiros do Baobá incluem o Instituto Coca Cola e o Instituto Unibanco. A captação de fundos para a equidade racial é

difícil, especialmente porque muitas pessoas veem o Brasil como uma democracia racial e negam a existência do racismo.

### Filantropia Comunitária

O Brasil tem poucas fundações comunitárias. A primeira delas foi o Instituto Rio, fundado em 2000. Os outros são o ICOM em Florianópolis, o Fundo Zona Leste Sustentável em São Paulo, o Instituto Baixada Maranhense e o Tabôa, na região de Serra Grande na Bahia. Todos eles são financiadores, que captam recursos de uma ampla variedade de doadores, apesar de os valores envolvidos serem atualmente muito pequenos.

Embora a filantropia comunitária em um sentido formal ainda seja limitada no Brasil, os membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social reconhecem que muitos de seus beneficiários empregam os princípios e o espírito da filantropia comunitária em seu trabalho, embora não se identifiquem como organizações de filantropia comunitária. Uma pesquisa recente dentre os 1.450 beneficiários do Fundo CASA descobriu que aproximadamente 80% deles mobilizam recursos locais para investir em suas próprias comunidades. Dez deles foram reunidos em um projeto piloto, com o apoio do Global Fund for Community Foundations (Fundo Global para Fundações Comunitárias).

### Doações de indivíduos

Pesquisas realizadas pela CAF e pelo IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) mostram que até dois terços dos brasileiros doam regularmente, mas as doações vão principalmente para causas tradicionais, com apenas uma pequena parte ou absolutamente nada sendo destinado para organizações de direitos. Agora, é necessário que as ONGs enxerguem os doadores individuais como fontes potenciais de recursos, de forma mais ampla. Embora algumas ONGs maiores, incluindo ONGs internacionais, tenham conduzido campanhas bem-sucedidas de captação de recursos junto ao público, é necessária a captação de recursos em mais larga escala por parte das ONGs para substituir os fundos provenientes de fontes internacionais e governamentais, os quais se encontram em declínio.

Várias iniciativas para promover a cultura de doação surgiram nos últimos anos. O *Movimento por uma Cultura de Doação* composto por ONGs e filantropos individuais foi criado em março de 2013 e o primeiro *Dia de Doar* ou #diadedoar aconteceu posteriormente, no mesmo ano, sob a égide da Associação Brasileira de Captadores de Recursos - ABCR. O #diadedoar é uma expansão da ideia da Giving Tuesday (Terça de Doar) popularizada nos EUA, que agora é realizada anualmente. Embora a quantidade de dinheiro arrecadada e o número de pessoas alcançadas aumentem a cada ano, o aspecto mais significativo sobre o #diadedoar pode ser a mudança gradual de atitude que ele está introduzindo.

Outras iniciativas incluem o Instituto Arredondar, que permite que os consumidores arredondem o valor de sua compra e doem até R\$1,00 nas lojas participantes; e o Fundo BIS, criado por um pequeno grupo de financiadores para apoiar iniciativas que motivam todos os brasileiros a doar.

Há sinais de que a doação on-line, incluindo o *crowdfunding*<sup>3</sup>, esteja crescendo em importância, embora os valores envolvidos ainda sejam pequenos. Uma pesquisa recente da CAF descobriu que 20% dos entrevistados doaram em ambiente online e as ONGs estão investindo em novos sites e estruturas para captar dinheiro online. Algumas organizações têm páginas de *crowdfunding* específicas para o #diadedoar, com mais de um terço dos recursos de 2017 vindos do site de *crowdfunding* [Juntos.com.vc](http://Juntos.com.vc).

### Organizações de infraestrutura para a filantropia

As duas organizações mais proeminentes na infraestrutura filantrópica do Brasil são o GIFE, criado em 1995, que atua como uma coordenação de rede para a filantropia institucional e o IDIS, fundado quatro anos depois, 'para promover o engajamento de indivíduos, famílias, empresas e comunidades em filantropia e investimento social privado'. O IDIS organiza anualmente o Fórum de Filantropia Brasileira, cuja sexta edição ocorreu em outubro de 2017. A chegada da WINGS no Brasil em 2011 também pode ser entendida como uma iniciativa de fortalecimento da infraestrutura filantrópica no país. Há também a Rede de Filantropia para a Justiça Social e a ABCR, Associação Brasileira de Captadores de Recursos. Fundada em 1999, a ABCR possui mais de 350 membros.

## O QUE ESTÁ IMPEDINDO O DESENVOLVIMENTO DA FILANTROPIA NO BRASIL?

Existem vários obstáculos para o desenvolvimento da filantropia no Brasil. O primeiro deles é o ambiente político. Sob o atual governo, a quantidade de dinheiro para causas sociais está diminuindo e a incerteza geral está dificultando o funcionamento das ONGs. Apesar disso, a maioria dos brasileiros ainda acha que o governo deveria prover quando se trata de questões sociais. Outros obstáculos importantes envolvem a estrutura legal e fiscal, que não ajuda; relutância por parte do público em doar para as ONGs; e regulamentos bancários obstrutivos. Por exemplo, as pessoas que querem fazer doações mensais não podem configurar um débito automático mensal em suas contas e por isso têm que avisar ao banco todos os meses para que estes efetuem o pagamento da doação - o que muitos doadores acabam não conseguindo fazer.

---

<sup>3</sup> Financiamento coletivo

## Estrutura legal e fiscal

Embora a atitude do governo brasileiro em relação à filantropia não seja ativamente hostil, ele não faz nada em seu apoio. Dois problemas particulares são o imposto sobre doações e a falta de legislação sobre fundos patrimoniais.

- **O imposto sobre doações (ITCMD).** Um imposto deve ser pago sobre todas as doações realizadas (o valor varia de estado para estado, mas o princípio jurídico geral é nacional) a menos que o beneficiário obtenha isenção, disponível para ONGs que trabalham em determinadas áreas. Obter a isenção envolve um processo burocrático extremamente longo, que deve ser renovado anualmente. A responsabilidade pelo pagamento do imposto cabe ao destinatário da doação. No entanto, se o destinatário não realizar o pagamento do imposto, a responsabilidade passa a ser do doador.
- **Falta de legislação sobre fundos patrimoniais.** No momento, poucas fundações possuem fundos patrimoniais devido à falta de regulamentação para esses fundos. Isso significa que, se um doador constitui um *endowment*, não há meios legais para protegê-lo: o conselho da fundação poderia decidir gastá-lo inteiramente em dois anos. Doadores podem fazer restrições sobre a destinação do dinheiro doado, mas não em relação ao prazo em que este deve ser gasto. O imposto sobre doações é outro desincentivo: se você estiver constituindo um fundo patrimonial ou mesmo criando uma fundação, será cobrado imposto sobre o valor alocado.

## Relutância em doar para ONGs

A atitude da sociedade brasileira para com a filantropia tradicional e seus beneficiários (igrejas, hospitais, etc.) é geralmente positiva, mas as ONGs, particularmente aquelas que trabalham em áreas politicamente sensíveis, estão carentes de recursos.

Existem duas razões para isso. Em primeiro lugar, uma desconfiança generalizada em relação às ONGs, comum aos doadores institucionais e individuais. Isso se reflete na preferência das fundações e institutos por executar seus próprios programas. O uso de ONGs por parte de políticos para lavagem de dinheiro é um fator-chave para explicar a maneira como o público enxerga as ONGs. Embora tenham sido casos muito específicos, isso ajudou a aumentar uma percepção geral de que as ONGs são corruptas. Além disso, as ONGs nem sempre possuem a capacidade que os financiadores estão procurando, se estes quiserem alcançar escala em seu trabalho.

Em segundo lugar, há uma ignorância generalizada sobre o que as ONGs fazem. As ONGs raramente contam suas próprias histórias. Por isso, a maioria das pessoas que gozam de direitos hoje em dia não sabe que eles são consequência do trabalho de ONGs que lutaram por esses direitos. O problema é agravado pela falta de boas fontes de pesquisa e informações.

## QUAL O POTENCIAL DA FILANTROPIA NO BRASIL?

O 10º Congresso do GIFE, realizado em abril de 2018, proporcionou uma oportunidade para avaliar as conquistas e limitações de 30 anos de experiência democrática e desenvolver novas agendas para o futuro. Um projeto foi iniciado para analisar onde o setor de investimento social poderia fazer mais. Diversidade e pluralidade são fundamentais para o foco do GIFE. Em sua opinião, indivíduos, famílias e empresas são todos necessários, assim como diferentes abordagens filantrópicas. Embora a melhoria na cooperação seja necessária tanto entre as próprias fundações quanto entre fundações e outras organizações, cada parte do setor tem contribuição distinta a ser feita.

### Doações de fundações

É amplamente aceita a ideia de que a filantropia institucional deva se esforçar mais para fortalecer a sociedade civil. Atualmente, as fundações concentram-se principalmente em desenvolver seus próprios projetos. Sugestões para aumentar a eficácia das fundações incluem:

- **Maior colaboração** Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS) oferecem uma plataforma e um modelo para colaboração. A Plataforma foi lançada no Brasil em abril de 2017 e a maioria dos entrevistados do Censo 2016 do GIFE declarou algum grau de conhecimento dos ODS. Mais da metade disse que tinha planos para alinhar os projetos atuais com os ODS. O Fundo CASA é um financiador que já faz isso.
- **Influenciar as políticas** – Aqui, mais uma vez, as fundações precisam se unir e ser menos focadas em seu próprio trabalho.
- **Mais *grantmaking*** – Isso poderia ajudar a criar uma sociedade civil mais forte. Os membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social poderiam liderar o caminho, mas é necessário mais investimento e mais discussão sobre o conceito e as práticas.
- **Regulamentação para fundos patrimoniais** – algo que o IDIS vem defendendo nos últimos quatro anos – é importante para dar sustentabilidade de longo prazo à filantropia.

### Filantropia corporativa

Uma maneira pela qual a filantropia corporativa pode ser significativa é através da inovação social, trabalhando com o governo para desenvolver novas formas de abordar questões sociais. A segunda abordagem, e possivelmente a mais eficaz, é transformar as próprias empresas, tornando-as mais responsáveis e socialmente motivadas.

Para realizar o potencial, as empresas precisam entender melhor como alinhar resultados sociais e empresariais. As empresas devem procurar promover o empoderamento das comunidades e desempenhar um papel ativo na formação de políticas públicas, ajudando a construir uma agenda de compromissos sociais a serem assumidos pelo Estado e pela sociedade. Os investimentos sociais poderiam então ser parte integrante de um processo mais amplo de abordagem de problemas nacionais e globais.

### **Investimento de impacto**

Há um enorme potencial de investimento de impacto no Brasil tendo a desigualdade como um fator-chave. Há muitas oportunidades para pessoas que desejam fornecer serviços para as famílias de renda baixa e moderada que compõem dois terços da população brasileira. O GIFE está agora promovendo ativamente o investimento de impacto e as empresas familiares estão começando a olhar para esta possibilidade. A queda das taxas de juros deve ajudar, já que as altas taxas de juros têm significado pouco incentivo para investir em negócios sociais enquanto tanto dinheiro deve ser ganho no mercado financeiro.

Necessário agora é demonstrar resultados. As pessoas precisam ver exemplos de empresas que alcançam escala e lucratividade juntamente com grande impacto social. Resultados bem-sucedidos ajudariam e promoveriam avanço na medição do impacto.

O campo também precisa usar a tecnologia de forma mais criativa e desenvolver uma gama mais diversificada de mecanismos de investimento, especialmente para estágios iniciais. Mais capital paciente é necessário, incluindo uma combinação de doações e investimentos com fins lucrativos e mais financiamento inicial. Também faltam produtos financeiros menos elitistas. A Vox Capital está trabalhando no desenvolvimento de diferentes classes de ativos para que eles tenham algo a oferecer às pessoas com menores quantias de dinheiro e não apenas para os mais ricos dos ricos - algo para o qual estão percebendo que existe demanda.

### **Doação de indivíduos**

A doação de indivíduos tem potencial para desempenhar um papel muito maior no apoio a uma sociedade civil autônoma. Uma das maiores necessidades do setor, portanto, é criar uma cultura de doação para ONGs. Embora seja cedo demais para dizer que há uma atitude pública em vias de mudança com relação às doações no Brasil, é possível ter esperança. O #diadedoar oferece uma oportunidade para que ONGs trabalhando em diferentes áreas, como direitos humanos, minorias, etc., promovam a si mesmas e a seus trabalhos.

Até o momento, as organizações que realizaram campanhas bem-sucedidas de captação de fundos foram, em sua maioria, ONGs internacionais como Greenpeace e Médicos sem Fronteiras, ou ONGs brasileiras bem estabelecidas e com alto perfil público. No entanto, esses exemplos mostram que isso é possível e muitas

organizações locais estão tentando seguir o mesmo caminho. Embora alguns sejam pessimistas quanto às oportunidades para as ONGs de justiça social, o Fundo Brasil de Direitos Humanos é um dos que decidiu fazer essa captação de recursos.

Para que esse potencial seja realizado, o setor de ONGs precisa se envolver mais ativamente com o público, em vez de concentrar todos os seus esforços no governo. São necessários esforços para fortalecer as ONGs e aumentar a confiança que a população deposita nelas. Incentivos fiscais para doações individuais ajudariam, assim como uma atitude mais positiva por parte dos bancos. Há um ano, a ABCR uniu forças com grandes ONGs no Brasil com o objetivo de convencer os bancos a verem as ONGs como um setor distinto e criarem produtos específicos para elas.

O "paradigma da doação" precisa mudar para que se torne mais do que um reflexo compassivo baseado em noções tradicionais de caridade, passando a ato consciente de cidadania responsável que ajuda a apoiar uma sociedade civil independente.

## PESSOAS CONSULTADAS PARA ESTE ESTUDO

- Amalia Fischer, diretora executiva do ELAS Fund
- Ana Toni, diretora executiva do Instituto para Clima e Sociedade (iCS)
- Ana Valéria Araújo, diretora executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos
- Andre Degenszajn, diretor executivo do Instituto Ibirapitanga e ex-secretário geral do GIFE
- Anna Maria Medeiros Peliano, coordenadora da pesquisa de Análise Comparativa de Investimento Social Corporativo (BISC), realizada na Comunitas
- Celia Cruz, diretora executiva do ICE (Instituto de Cidadania Empresarial) e coordenadora da Força Tarefa Brasileira de Financiamento Social
- Daniel Izzo, cofundador da Vox Capital
- Graciela Hopstein, coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social
- João Paulo Vergueiro, diretor executivo da ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recurso
- José Marcelo Zacchi, secretário geral do GIFE
- Lucia Dellagnelo - fundadora do ICOM e presidente e CEO do Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB
- Maria Amalia Souza, fundadora e diretora do Fundo Socioambiental CASA
- Mariane Maier Nunes, diretora executiva do ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis I
- Nina Valentini, diretora executiva do Arredondar
- Paula Fabiani, CEO do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)
- Rafael Gioielli, gerente geral do Instituto Votorantim
- Selma Moreira, diretora executiva do Fundo Baobá para a Igualdade Racial
- Vivianne Naigeborin, consultora estratégica da Potencia Ventures

Publicado por Filantropia para a Justiça Social e Paz em colaboração com *Alliance*, WINGS e Rede de Filantropia para a Justiça Social

Maio de 2018



[www.psjp.org](http://www.psjp.org)



[www.rededefundos.org.br](http://www.rededefundos.org.br)



[www.wingsweb.org](http://www.wingsweb.org)



[www.alliancemagazine.org](http://www.alliancemagazine.org)